

‘Vocês da Imprensa’: Crachás escondidos como forma de fugir da violência contra jornalistas¹

SACONI, João Paulo²

Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Dedicado aos Estudos de Jornalismo e à cultura profissional da atividade, a presente proposta de artigo constata a crescente violência contra jornalistas no Brasil, sobretudo durante a década de 2013 a 2023, registrada por entidades de classe, e produz, então, novas estatísticas a respeito dessa violência. Com esse objetivo, 203 profissionais da imprensa foram consultados em um levantamento quantitativo de questionários autoaplicados, baseado na metodologia proposta por Antônio Carlos Gil (1989). Os resultados mostram que, *in loco* na produção de notícias, uma parcela relevante dos respondentes oculta seus crachás para prevenir a violência sofrida em decorrência da profissão. O dado é analisado ante o conceito de “*ethos* jornalístico”, de Nelson Traquina (2004). Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado assinada pelo autor.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; Jornalistas; Violência; Cultura profissional.

CORPO DO TEXTO

1. Introdução

Jornalistas são os responsáveis diretos pela produção diária e ininterrupta de notícias, notas, matérias, reportagens, entrevistas, levantamentos de dados, artigos de opinião, críticas, crônicas, bem como entradas e transmissões ao vivo cujo objetivo, conforme designa o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, é “o acesso à informação de relevante interesse público”. E essas informações amplamente veiculadas pela imprensa são responsáveis por orientar e tonificar numerosas decisões tomadas diariamente por múltiplos atores sociais.

Ainda assim, apesar da relevância de sua atividade, profissionais da categoria jornalística estão submetidos a uma escalada de violência relativa ao ofício profissional,

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha de Mídias e Mediações Socioculturais, sob orientação do professor emérito Muniz Sodré (2021 — 2023).

sobretudo na última década, entre 2013 e 2023 — é o que mostra a dissertação de mestrado “Vocês da Imprensa: Dimensões coletivas e individuais da violência contra jornalistas no acirramento sociopolítico brasileiro de 2013 a 2023” (orientada pelo professor emérito Muniz Sodré na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro), da qual se extrai essa proposta de artigo.

A pesquisa em questão tem como ponto de partida um monitoramento da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que, fundada em 1946, passou a acompanhar no fim da década de 1980 os casos de violência contra jornalistas no exercício da profissão, com foco em episódios com potencial para prejudicar a circulação de informações e, portanto, a liberdade de imprensa. A entidade produz relatórios anuais, a partir de uma busca ativa de informações atrelada à capilaridade de seus 31 sindicatos. Cada um deles recebe e verifica, ao longo dos 12 meses do ano, denúncias de ocorrências que, ao fim do período, são totalizadas e publicizadas.

Com o material, são divulgados também recortes estaduais e destaques relativos ao gênero das vítimas, aos meios de comunicação em que atuam, aos contextos em que foram agredidas, ao perfil de seus agressores e aos tipos de violência que sofreram. A série histórica disponível atualmente foi inaugurada em 1998 e, em 25 anos de informações registradas até 2022, soma 2.827 episódios violentos contra jornalistas (os anos de 2002, 2003 e 2004 não tiveram relatórios, de acordo com a entidade).

Os números da Fenaj mostram que o Jornalismo brasileiro se tornou uma profissão de risco. Dos 2.827 episódios violentos que a entidade registrou desde 1998, 2.292 foram concentrados no período de 2013 a 2022, o equivalente a 81%. A média anual da série até 2013 era de 55,6 casos a cada 12 meses. Depois de 2013, quadruplicou e passou a ser de 229,2 casos por ano, em média.

Além da Fenaj, outras entidades também captaram essa movimentação. Entre elas, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) que, em 2022, registrou 557 agressões do tipo no país, com 31,6% deles conectados às eleições daquele ano. Em 1998, quando começou a série histórica, o total era de 19 casos.

Os patamares cada vez mais elevados fizeram com que o Brasil passasse a ganhar destaque no chamado “Relatório Sombra”, que a Abraji ajuda a produzir junto da Rede Voces Del Sur (VdS), com análises de violações à liberdade de expressão em 14 países da América Latina. No documento referente a 2021, o mais atualizado até

aqui, nosso país aparece entre os oito nos quais houve aumento considerável da violência contra jornalistas, com alta de 29% ante os índices do ano anterior, 2020. Em números absolutos, com 541 casos em 2021, ficamos atrás das ditaduras de Cuba (1.129 casos) e — não muito — da Nicarágua (701), bem como dos violentos México (626) e Colômbia (638), e ainda pouco à frente da também ditatorial Venezuela (452).

Diante do cenário exposto, a presente proposta de artigo parte dos dados da Fenaj para, então, produzir estatísticas próprias e, depois, colocá-las em contraste com o conceito de “*ethos* jornalístico”, de Nelson Traquina (2004), observando a sua corrosão.

2. Metodologia

Para aprofundar percepções e conhecimentos relativos à violência contra jornalistas no Brasil, além das estatísticas da Fenaj, a pesquisa recorre a um levantamento quantitativo autoral junto a 203 profissionais de imprensa. No processo, conduzido entre os dias 1º de junho e 10 de agosto de 2023, optou-se por seguir a metodologia de questionários autoaplicados descrita por Antônio Carlos Gil (1989).

De acordo com o autor, a técnica, composta por um conjunto de questões submetidas a diferentes pessoas, é útil para “obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado” (GIL, 1989, p. 121). Entre as vantagens dos questionários, Gil (1989) lista a possibilidade de alcançar um “grande número de pessoas” e a viabilidade de se obter respostas anônimas. No caso em tela, esses dois pontos foram resolvidos diante das características do mercado de trabalho do Jornalismo brasileiro, dedicado à cobertura do país em sua continentalidade (apesar do foco em espaços de poder e centros de decisão) e restritivo quanto à expressão dos jornalistas (muitos deles teriam que solicitar autorização de suas chefias para participar).

Ao todo, 203 profissionais de imprensa das cinco regiões brasileiras, espalhados por onze estados, responderam virtualmente a 45 questões objetivas e fechadas, com um universo limitado de retornos possíveis, que “conferem uniformidade às respostas e podem ser facilmente processados” (GIL, 1989, p. 123). A plataforma de gerenciamento de pesquisas Google Forms foi utilizada para a coleta, compilação e análise dos dados.

A maior parte das abordagens foi concentrada naturalmente em pessoas residentes no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal (ou seja, em Brasília),

onde são mantidas as sedes dos maiores veículos de comunicação do país. A amostra, portanto, novamente recorrendo a Gil (1989), se trata de um conjunto não probabilístico, selecionado a partir dos elementos a que a pesquisa conseguiu acesso em meio a um “subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo (...)” (p. 94). Para facilitar e incentivar o acesso dos respondentes ao levantamento, foi criado um portal digital específico em que as perguntas se mantiveram expostas de 1º de junho a 10 de agosto de 2023.

Uma vez dispostos a responder o levantamento, conforme recomendado por Gil (1989), os profissionais tiveram contato com uma introdução em que eram informados sobre a entidade à qual o estudo estava conectado, bem como sua autoria e orientação; as razões que determinaram sua realização; a importância de sua elaboração e a possibilidade das respostas anônimas (p. 134). Era possível, portanto, responder sem informar o próprio nome, desde que se fornecesse um endereço de e-mail verdadeiro, assegurando o anonimato e, ao mesmo tempo, garantindo que o levantamento não fosse respondido por pessoas alheias ao Jornalismo. Somente 34 dos 203 respondentes (o equivalente a 16,5%) ocultaram a identidade.

Depois desses passos iniciais, os respondentes passaram a responder aos questionamentos. Eles foram divididos em dois blocos e ordenados pela “técnica do funil” mencionada por Gil (1989), em que cada questão está relacionada de alguma maneira à antecedente e apresenta maior especificidade (p. 127).

O primeiro bloco, intitulado “Sobre você e a sua atuação profissional na produção de notícias”, estava conectado ao que Gil (1989) chama de “questões sobre fatos”, referentes a “dados concretos e fáceis de precisar, como sexo, idade, naturalidade, estado civil, número de filhos etc” (p. 125). Os resultados estão enumerados na dissertação que baseia essa proposta deste artigo.

Já o segundo bloco, chamado de “Sobre os seus cuidados na atuação profissional conectada ao Jornalismo”, é essencial para a compreensão da presente proposta e relaciona-se ao que Gil (1989) classificou como “questões sobre atitudes e crenças”, dedicadas a entender “fenômenos subjetivos, como (...) a atitude (do respondente) em relação ao seu próprio trabalho” (p. 125.). Também foram contempladas, ainda a partir dos escritos do autor, as “questões sobre comportamentos” (relativas ao “passado ou presente de uma pessoa”, indicadores expressivos “de seu comportamento futuro em

condições similares”), bem como as “perguntas sobre sentimentos” (referentes “às reações emocionais das pessoas perante fatos, fenômenos, instituições ou outras pessoas”) e, por fim, as “perguntas sobre padrões de ação” (que podem envolver “considerações práticas a respeito das ações que são praticadas”) (GIL, 1989, p. 125 e 126). Uma vez que o perfil da amostra já havia sido traçado anteriormente, a intersecção desses quatro tipos de questionamentos foi, então, dedicada à compreensão dos episódios de violência no ofício que os profissionais pudessem ter experienciado pessoalmente ou sido informados a respeito.

Os respondentes, então, foram perguntados sobre “qualquer tipo de violência” de que já tivessem se considerado vítimas, observando a descrição que a Organização Mundial da Saúde (OMS) aplicou ao termo “violência” em 2002: “o uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra (...) outra pessoa ou grupo ou comunidade (...)”, com potencial para causar, ainda segundo a entidade, privações, alterações do desenvolvimento, dano psíquico, lesão e morte. Além de informarem se tinham ou não sido alvos de casos desse tipo, os respondentes foram questionados sobre o número de vezes em que o fenômeno aconteceu; o tipo de violência sofrida (com base nas classificações da Fenaj) e de quais assuntos estavam tratando no noticiário quando acometidos.

Entre outras várias nuances, trabalhadas em profundidade na referida dissertação, os jornalistas também responderam sobre restrições em sua atuação *in loco* (somente 16,7% dos respondentes atuava apenas dentro das redações, sem contato com o ambiente externo) . Um dos objetivos era, portanto, entender se crachás de identificação profissional e outras referências visuais ao trabalho jornalístico eram escondidos por questões de segurança, como meio de prevenir a violência.

Quando questionados a respeito da violência contra a imprensa, dos 203 profissionais que responderam ao levantamento, 85,6% afirmaram que já haviam sido vítimas de algum episódio hostil relacionado à atuação na produção de notícias, desde que começaram a trabalhar na área. A parcela foi equivalente a 173 jornalistas. Por outro lado, 14,4% disse não ter sofrido nenhum episódio de violência — apenas 30 respondentes. Entre os 173 que consideraram ter sido alvo da violência decorrente do ofício jornalístico, a maioria, 49,7% afirmou ter vivido mais de três experiências do tipo. O percentual de profissionais que passaram por três episódios distintos e pontuais

foi de 15%. Já os que informaram dois episódios representaram 19,6%. Aqueles que relataram apenas uma ocasião foram 15,6%. Os tipos de agressões também foram abordados e os resultados constam na referida dissertação.

No questionamento relativo aos crachás, central para esta proposta de artigo, 47,8% dos 203 jornalistas sinalizaram que, quando trabalham in loco nas ruas do país, costumam ocultar seus crachás como maneira de prevenir o reconhecimento e a violência por parte de agressores.

Uma parcela de 36,9% afirmou que, além do crachá, vinha escondendo, ao trabalhar “na rua”, qualquer referência visual ao veículo em que trabalhava (como uniformes, impressões em capas de celulares e outros equipamentos, logotipos em canoplas de microfones, adesivos em carros de reportagem, entre outros). Apenas 37,9% relatou que não possuía nenhum desses dois hábitos.

Quanto à ocultação dos crachás, especificamente, dos 97 jornalistas que afirmaram que lançam mão da estratégia, 86 consideraram que já haviam sido vítimas de algum episódio de violência, o equivalente a 88,6% daqueles que escondem o acessório. Enquanto isso, 11 profissionais informaram que não tinham sofrido com a hostilidade — uma parcela de 11,3%. Discorreremos a seguir sobre o impacto desses dados revelados para o “*ethos jornalístico*”.

3. Fundamentação teórica

Em seus estudos sobre as Teorias do Jornalismo, Nelson Traquina (2004), teórico referência para o tema, estabeleceu que os jornalistas, enquanto agentes do Jornalismo, compartilham entre si um “*ethos*” — conceito grego emprestado pela Antropologia para designar características comuns a um grupo de indivíduos. Esse “*ethos*”, segundo Traquina (2004), está baseado em valores fundamentais para a profissão e para a construção da notícia, entre os quais está a liberdade, posicionada no cerne do que ele chama de uma “relação simbiótica entre o Jornalismo e a democracia” (p. 130 e 131). Na Constituição Brasileira de 1988, essa conexão indissociável foi sintetizada no artigo 220, que impede qualquer restrição à “manifestação do pensamento, criação, expressão e informação, sob qualquer forma, processo ou veículo” e veda “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”, garantindo, junto a outras medidas, a liberdade de imprensa.

Ainda segundo Traquina (2004), os jornalistas criaram para si “uma forte identidade profissional” (p. 36), equivalente a “toda uma cultura constituída por uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção das notícias” (p. 36). Essa cultura, atribuída pelo autor a uma “comunidade interpretativa” formada pelos jornalistas (p. 36 e 37), garante aos profissionais, segundo ele, “uma legitimidade social num processo circular entre os jornalistas e a sociedade, na aura da teoria democrática”. E é justamente essa “legitimidade social” que aparenta estar em crise quando, na democracia, jornalistas se tornam alvos de ataques tão numerosos quanto os identificados por entidades de classe.

Dessa percepção de Traquina (2004) quanto à “comunidade interpretativa” do Jornalismo advém a expressão “vocês da imprensa”, que permeia o senso comum do país e foi escolhida para intitular este artigo (e a dissertação que o ensejou).

Compreendidos popularmente a partir das características descritas por Traquina (2004), os profissionais do Jornalismo (ou “vocês da imprensa”) são publicamente cobrados e criticados diante da expectativa quanto à representação por parte deles, ainda que virtualmente, de um “Quarto Poder” vigente no país. Eles estiveram submetidos por 42 anos à chamada “Lei de Imprensa”, extinta em 2009 por ser incompatível com a liberdade de expressão e, desde então, são responsabilizados com base nos Códigos Civil e Penal ante o risco de abusarem das prerrogativas em questão. Devem, portanto, se manter “à altura” do rótulo de “cães de guarda” que informam e “protegem” os cidadãos, de acordo com Traquina (2004, p.5), e são instados publicamente a fazê-lo.

Crachás, em geral, incluem informações básicas da atuação de um jornalista. O nome dele (geralmente, na mesma forma utilizada para assinar as notícias que produz), o cargo que ocupa e a empresa e o grupo de comunicação para que trabalha. Também consta a foto daquele trabalhador, mostrando à sociedade que ele é exatamente quem diz ser. E, mais do que isso, esses acessórios — assim como coletes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e outros utilizados na produção de notícias — estampam, em letras garrafais, as palavras “IMPrensa” e/ou “PRESS”, em referência ao ofício.

São esses crachás que permitem que jornalistas entrem e saiam de suas redações; acessem coletivas de imprensa (e façam perguntas aos entrevistados); sejam reconhecidos por cidadãos e autoridades no momento de abordá-los; possam entrar em

prédios públicos; solicitem documentos a equipes de assessorias de imprensa de órgãos públicos; transitem em áreas restritas ao grande público, entre outros.

4. Conclusão

A devida identificação é relevante para a livre circulação de informações por meio do Jornalismo e, portanto, compõe as características que reunidas formam o que Traquina (2004) entende como “comunidade interpretativa” dos jornalistas (p. 36 e 37). Logo, é possível pressupor que está em curso uma disfunção quando se constata a ocultação ou a privação dessa identificação como uma forma de prevenir a violência.

A disfunção, como demonstrado, tem impacto no acesso dos jornalistas aos espaços e às pessoas na busca pelas notícias. E, portanto, tem potencial para prejudicar o direito constitucional à livre circulação de informações. A violência e esse prejuízo estão previstos no “incivilismo” ao qual Sodré (2021) se refere quando conceitua aquilo que chama de “sociedade incivil” — conceitos descritos também na referida dissertação.

REFERÊNCIAS

DE PAIVA, Cláudio Cardoso. **Hermes na Idade Mídia: Para uma antropofilosofia da comunicação digital**. Intercom, Recife, 2011. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1994-1.pdf>>. Acessado em 18/03/24.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1989.

Relatórios de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil: 1998 a 2022. 2023. Fenaj. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>>. Acessado em 18/03/24.

Relatório mundial sobre violência e saúde. Organização Mundial da Saúde. 2002. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acessado em 18/03/24.

Relatório Sombra. Abraji. 2021. Disponível em: <<https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-sombra-2021-portugues>>. Acessado em 18/03/24.

SODRÉ, Muniz. PAIVA, Raquel. **Comunitarismo e sociedade incivil**. Famecos. 2019, v. 26, nº 1. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33027>>. Acessado em 18/03/24.

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil: mídia, liberalismo e finanças**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021.

SODRÉ, Muniz, **Sociedade incivil e barbárie**. Jornal Folha de São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/sociedade-incivil-e-barbarie.shtml>>. Acessado em 18/03/24

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo I: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo II: a tribo jornalística — uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.